

## Introdução

A família é o nosso primeiro contato natural. Ela nos recebe e, ao fazê-lo, acolhe-nos ou rejeita-nos, estimula-nos ou despreza-nos, confirma-nos ou desqualifica-nos, ensina-nos a amar e a sermos amados, dentre outras infinitas possibilidades. Enfim, é ela que nos desperta para a vida. Nela, aprendemos a nos relacionar com o mundo, pois ela é a própria introdução ao mundo. O ambiente familiar é o primeiro lugar para a vivência dos afetos e da intimidade. A partir dessas relações iniciais desenvolvidas na família, começamos a nos capacitar para as outras que estabeleceremos ao longo da nossa existência. A família pode ser vivenciada tanto como nosso porto seguro, quanto como o olho do furacão, com a miríade de graduações entre um pólo e outro. E, certamente, muitas dessas vivências não apenas nos marcarão por toda a vida, como também servirão de referência para os demais relacionamentos da nossa experiência cotidiana.

Um aspecto que torna a família um tema tão complexo é o fato de que não há prescrições, configurações ou leis que garantam, nem a qualidade das relações estabelecidas entre seus membros, nem o sucesso das interações que nela se desenrolam. Entretanto, é impossível negarmos o valor das vivências familiares na constituição da nossa subjetividade.

A presente pesquisa é fruto das experiências adquiridas no projeto de extensão *Inserção do Psicólogo no Programa Saúde da Família* por mim coordenado, entre agosto de 1998 e fevereiro de 2004, numa parceria entre o Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria Municipal de Saúde de Vespasiano (MG). Trata-se de uma proposta de assistência clínica a pacientes diabéticos e hipertensos, freqüentadores do PSF daquele município, em sua maioria, pessoas moradoras de comunidades pobres daquela região.

Foi nesse contexto que o tema família emergiu como central em vários atendimentos, mesmo naqueles em que ele não era inicialmente o objetivo principal. Por serem famílias do segmento social e econômico menos favorecido, possuidoras de um contato próximo com a miséria, a violência, o desemprego e o desamparo institucionalizado por parte dos serviços públicos, elas sofrem

impactos de diversas naturezas, ocasionando conflitos e crises. É a partir dessa perspectiva que o projeto da presente pesquisa começou a ser delineado.

A reflexão sobre o conteúdo dos relatos dos atendimentos em grupo e individuais realizados no referido projeto de extensão mostra que as pessoas, quando convidadas a expressar sua experiência em relação à família, consideram muito mais significativas as situações vinculadas à qualidade das relações familiares do que à sua estrutura (numerosa, moradia pequena, falta de recursos financeiros, quem assume o papel de provedor, etc). Diversos depoimentos revelaram, inclusive, um ideal de família bastante distinto daquele vivido de fato, o que se configurava como fonte de sofrimento.

A partir desses relatos e de tantas outras experiências peculiares vinculadas à família, algumas questões emergiram para mim: como pensar a família sem levar em consideração a experiência de seus membros? Como pensar a família de baixa renda, sem considerar a experiência de morar numa comunidade popular? O que constitui a vivência dessas famílias nesse contexto? Como propor um programa de assistência à família, sem precisar quem é esta? Diante disso, senti a necessidade de ouvir essas pessoas da comunidade de Vespasiano, a fim de que fosse possível aprofundar o conhecimento sobre a sua experiência de família, buscando compreender melhor essas questões. Foi, então, que propus grupos sobre o tema “família”, descortinando-se, a partir daí, uma diversidade de vivências e significados em relação a ele.

A riqueza dos depoimentos despertou em mim a necessidade de desenvolver esta pesquisa, cuja questão refere-se à vivência de família entre pessoas que residem em comunidades de baixa renda. Entretanto, com o início do meu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio, em março de 2004, a Universidade Federal de Minas Gerais concedeu-me a licença para capacitação docente, o que implicou o meu afastamento de todas as atribuições docentes naquela universidade. Isso acarretou, inclusive, o encerramento do projeto de extensão, ainda que o presente projeto de pesquisa tenha surgido a partir daquela experiência. Inicialmente, minha proposta era retornar a Vespasiano e realizar lá a minha pesquisa, mas o início de um trabalho voluntário de assistência psicológica no Conjunto Santa Maria, comunidade popular localizada em Belo Horizonte (MG), bem como as inquietações

decorrentes dessa experiência de campo, levaram-me a desenvolver a presente investigação nesta última comunidade.

A palavra “comunidade”, etimologicamente, deriva do latim *communitas*, que significa “público, o que pertence a muitos”. No senso comum, ela se refere tanto àquilo que envolve o coletivo, quanto a um grupo de pessoas que compartilham alguma característica ou interesse, mesmo que não exista uma interação efetiva entre elas (a comunidade de gestalt-terapeutas da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo). Entretanto, no presente trabalho, a comunidade é compreendida de acordo com a concepção de Barreto (2005), segundo a qual ela diz respeito a “pessoas ou grupos de pessoas que partilham condições semelhantes de vida – econômica, social, cultural, política, religiosa e espiritual - mesmo percebendo que na comunidade existem diferentes níveis e formas de viver essas condições” (Barreto, 2005, p. 129). Nesse sentido, o autor coloca como condição fundamental para a formação da comunidade o estabelecimento de relações entre as pessoas, numa permanente interação, comparada a um bordado, cujos fios entrecruzados seriam a identidade de cada membro. Assim, a vida na comunidade favorece um senso de pertencimento e de identificação, onde as pessoas redescobrem e reafirmam sua identidade social, cultural e histórica.

Por comunidade popular, refiro-me àquela formada, em sua maioria, por pessoas simples, com baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade, com diversas moradias desprovidas de infra-estrutura básica (como esgoto, água encanada, etc) e que dependem, em maior ou menor grau, de serviços públicos de saúde e de educação e de diversos tipos de programas assistenciais. É uma perspectiva afim com aquela adotada por Amatuzzi (2001), o qual concebe popular como se referindo ao povo, às pessoas comuns que compõem a maioria da população brasileira. Numa comunidade popular, também são freqüentes problemas decorrentes do desemprego, do envolvimento com o tráfico de drogas e da violência (inclusive, a doméstica). Indubitavelmente, as famílias pertencentes a esse contexto sofrem os impactos dessas e de outras particularidades de seu cotidiano, distintos dos impactos sofridos pelas famílias de outros segmentos sociais.

Nas situações de campo nas quais o tema família esteve presente, pode-se perceber que as pessoas possuem referências dicotômicas sobre família. Ao mesmo tempo em que associam à idéia de família a experiências como alegria,

apoio e união, quando convidadas a falar sobre suas vivências, expressam sentimentos de outra natureza: solidão, desrespeito, crise, além de atribuírem, por diversas vezes, problemas de saúde estreitamente vinculados a conflitos familiares. Outrossim, o modelo de atendimento à saúde da comunidade parece considerar a configuração familiar tradicional (pai, mãe e filhos) como referência, apesar de ela estar bem distante da realidade.

A experiência com famílias moradoras em comunidade popular leva a crer que um estudo sobre a vivência de família, conforme proposto nesta pesquisa, se justifica por contribuir para a compreensão mais profunda sobre os elementos estruturantes da sua vivência de família, por meio da consideração dos aspectos subjetivos (através das unidades de significado) evidenciados pelas pessoas entrevistadas. Isso possibilitará o conhecimento dos fatores de risco, promotores de crises na família, bem como daqueles elementos que propiciam o fortalecimento da mesma, colaborando, portanto, para a compreensão de seu potencial para o crescimento, mediante o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das diversas instabilidades e adversidades do ciclo de vida familiar.

Espera-se que os resultados possam colaborar com a elaboração de estratégias de atendimento à população mais pertinentes com as suas necessidades reais (o que nem sempre acontece com os projetos desenvolvidos junto a populações pobres). Muitas vezes, a perspectiva dos programas públicos de assistência às famílias de baixa renda se fundamenta numa concepção de família distinta daquela da família real, que tem necessidades, potenciais, cultura e características próprias. Em diversas ocasiões, tais discrepâncias entre a proposta de tais programas e os aspectos objetivos e subjetivos da realidade da população assistida são reproduzidas também na postura de alguns profissionais. Preconceitos, referências unilaterais sobre família, saúde, valores e outros aspectos são comuns, e só servem para aumentar a distância entre o profissional e a população atendida. A experiência no campo me mostrou que, ao se negligenciar a perspectiva da pessoa atendida, desconsiderando-se os aspectos que ela vivencia como significativos, a qualidade dos serviços prestados fica comprometida, correndo-se o risco, inclusive, de cair no vazio.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi investigar a vivência de família a partir da perspectiva de pessoas moradoras do Conjunto Santa Maria, comunidade popular da cidade de Belo Horizonte (MG), incluindo tudo o que for

significativo para elas, tanto em termos passados, quanto presentes e futuros. Não houve uma hipótese prévia, ou a pretensão de enfatizar algum aspecto particular da caracterização da família de comunidade popular. A proposta foi estabelecer um diálogo com os entrevistados, de modo a facilitar a expressão de sua experiência mais íntima de família, buscando o reconhecimento dos elementos vivenciais significativos, ou seja, as unidades de sentido. Pretendeu-se chegar a uma descrição da vivência de família, o que seria de grande valia para a compreensão dos fatores envolvidos na relação familiar daquelas pessoas. Para tanto, foi utilizado o método fenomenológico de pesquisa, conforme explicitado posteriormente.

Estima-se que essa investigação não apenas irá colaborar para o avanço do conhecimento científico sobre as famílias desse segmento social, como também ampliará a consciência das pessoas envolvidas sobre a sua vivência de família. Em última instância, espera-se que seus resultados contribuam para o delineamento de estratégias de assistência à saúde da população de baixa renda de modo mais pertinente à sua realidade, bem como para a emergência de novas questões sobre o âmbito da família a serem aprofundadas em pesquisas posteriores.

Diante dessa proposta, sistematizamos um percurso ao longo do presente trabalho visando ao fornecimento da fundamentação necessária à investigação do tema “família”, a partir da perspectiva teórica por mim adotada.

No Capítulo 1, é apresentada a experiência do projeto de extensão *Inserção do Psicólogo no Programa Saúde da Família*, no qual foram desenvolvidas diversas modalidades de atendimento psicológico, fundamentadas na abordagem gestáltica. É enfatizada a descrição dos grupos terapêuticos, contexto a partir do qual a questão desta pesquisa se tornou mais evidente.

O Capítulo 2 versa sobre a família, expondo-se alguns recortes sobre a família brasileira, a concepção de família adotada neste trabalho e a caracterização da família pobre apresentada por estudiosos sobre esse tema. Vale ressaltar a contribuição da antropóloga Cynthia Sarti, cujas idéias se constituem num importante referencial para a presente pesquisa.

No Capítulo 3, a vivência é abordada segundo a perspectiva fenomenológica. Para tanto, são apresentados alguns princípios básicos da fenomenologia, segundo Edmund Husserl, filósofo precursor desse movimento

filosófico. Há também um esclarecimento acerca da distinção entre os conceitos de vivência e experiência.

No Capítulo 4, a pesquisa fenomenológica é apresentada como método de acesso à vivência de família. São descritas as especificidades do método fenomenológico e sua aplicação no campo de pesquisa das vivências. Também foram explicitados os procedimentos da presente pesquisa. Há a descrição do Conjunto Santa Maria, comunidade em que ela foi realizada, das três pessoas entrevistadas, da coleta e da análise dos dados.

O Capítulo 5 trata dos temas representativos da vivência de família e da análise das entrevistas de cada um dos entrevistados. São apresentados três quadros (um referente a cada entrevista), compostos pelos trechos da entrevista relevantes para a pesquisa, pela síntese do significado e pela expressão do significado como um vivido (intencionalidade). A sistematização dos dados destaca as unidades de sentido apreendidas nas entrevistas, que permitem a descrição da estrutura das vivências.

No Capítulo 6, as análises anteriores são apresentadas numa estrutura global. Esta possibilita a articulação de um diálogo entre a vivência de família captada nos depoimentos das pessoas entrevistadas com os autores que contribuíram para a fundamentação teórica da presente pesquisa, revelando as interseções e as particularidades do encontro entre a comunidade e a academia, conforme promovido neste estudo.

Nas considerações finais, são salientados alguns aspectos fundamentais da trajetória desenvolvida, é apresentada uma reflexão sobre a vivência de família a partir dos depoimentos das pessoas entrevistadas e sobre a relevância de se investigá-la. Também são apresentadas conclusões a partir dos resultados obtidos e reflexões sobre possíveis contribuições da psicologia na assistência a comunidades populares, finalizando com propostas de novos estudos.